



Conselho contra a corrupção pede “nomeação atempada” das comissões de acompanhamento de privatizações

Parlamento
Nuno Sá Lourenço

CPC quer investigar as áreas em que o actual Governo se tem mostrado mais activo

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) foi ontem ao Parlamento apresentar o seu caderno de encargos para este ano. Entre as actividades planeadas para 2014 está o “acompanhamento dos processos de privatizações”, conforme admitiu o secretário-geral José Tavares, tendo mesmo destacado os “alertas” feitos pela CPC, ao longo do tempo, sobre o assunto. Em causa estão as condições dadas às comissões de acompanhamento.

José Tavares afirmou ao PÚBLICO que o CPC dera já nota da necessida-

de da “nomeação atempada” dessas comissões, por forma a permitir uma “análise mais rigorosa” das decisões.

A atenção às privatizações não é uma preocupação de agora na CPC. A entidade tinha já produzido, em Setembro de 2011, um conjunto de recomendações defendendo a criação dessas comissões de acompanhamento. Agora, depois de um conjunto de consultas com personalidades que fizeram parte dessas estruturas, assinala a necessidade de serem dadas condições para que as comissões cumpram a sua missão.

Na audição com os deputados, o presidente e o secretário-geral do CPC apresentaram as “acções específicas” que aquela entidade tenciona desenvolver nos próximos meses. O CPC tem um orçamento de 161 mil euros, quase totalmente destinado a cobrir as despesas com o pessoal, que é composto por dois técnicos superiores e um assistente técnico.

No plano de actividades para 2014, a CPC assume também o objectivo de se virar para o sector privado, “nomeadamente nas áreas em que as entidades privadas asseguram, por concessão, a prestação de algumas funções tradicionalmente desenvolvidas pelo Estado”. Propõe-se também fazer o “estudo sobre as geminações na administração local”, bem como aprofundar as “especificidades dos riscos em sectores que se têm revelado mais problemáticos na área da saúde”.

Mas, durante a audição, o presidente da CPC, Guilherme d’Oliveira Martins, aproveitou para “meter a foice em seara alheia”. Convidado pelo socialista José Magalhães a apontar lacunas no plano legislativo, o também presidente do Tribunal de Contas aconselhou os deputados a “dar resposta” às recomendações do grupo internacional GRECO, lembrando as “carências na lei de

financiamento dos partidos”. “As campanhas internas [partidárias] não estão sujeitas a qualquer controlo”, alertou. Mas foi por sua iniciativa que abordou o polémico tema do enriquecimento ilícito.

Depois de frisar que a sua intervenção não tinha qualquer intenção de pressionar o Parlamento, Oliveira Martins apresentou uma solução: lembrou a legislação de Hong Kong, onde o “destinatário” da “figura jurídica” estava limitado aos titulares de cargos políticos e funcionários públicos.

A audição permitiu ainda ao ex-ministro das Finanças confirmar que a austeridade tem impacto no fenómeno da corrupção. Citando estudos académicos, Guilherme d’Oliveira Martins falou de um aumento, de “20 para 25%, da economia paralela”. “Temos mais notas de 500 euros a circular em Portugal”, concluiu.